

**ESTATUTO DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TERRITÓRIO PIEMONTE NORTE ITAPICURU - CDS.**

15449324/0001-21  
CARTÓRIO DO REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
Av. Roberto Santos Nº 373 Centro  
CEP: 48.970-000  
Senhor do Bonfim

**TÍTULO I  
DO CONSÓRCIO E DOS CONSORCIADOS**

**CAPÍTULO I**

**DO CDS DE PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU**



**Art. 1º.** O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU – CDS SENHOR DO BONFIM, é autarquia interfederativa, pessoa jurídica de direito público interno, integrante da Administração Indireta de cada ente federativo que o compõe.

§ 1º. A sede do Consórcio é no Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, podendo haver o desenvolvimento de atividades em escritórios, laboratórios ou unidades localizadas em outros Municípios.

§ 2º. A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de 3/5 (três quintos) dos Consorciados, poderá alterar a sede.

§ 3º. O Consórcio terá duração por prazo indeterminado.

**CAPÍTULO II**

**DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO ESTATUTO**

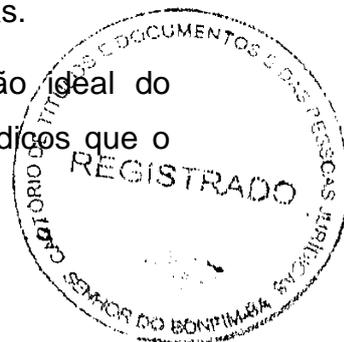
**Art. 2º.** O presente estatuto disciplina o CDS DO TERRITÓRIO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU de forma a complementar e regulamentar o estabelecido no Contrato de Consórcio Público, resultante da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções.

**CAPÍTULO III**

## DA CONDIÇÃO DE CONSORCIADO

**Art. 3º.** Não há, entre Consorciados, direitos e obrigações recíprocas.

**Art. 4º.** Os Consorciados não são titulares de quota ou fração ideal do patrimônio do Consórcio, sendo inválidos quaisquer negócios jurídicos que o tenham por objeto.



### CAPÍTULO III

#### DO RECESSO E DA EXCLUSÃO

##### Seção I

##### Do Recesso

**Art. 5º.** Os Consorciados poderão se retirar do Consórcio mediante declaração escrita, subscrita por seu representante na Assembléia Geral, lavrada nos seguintes termos:

“Eu, (nome), (cargo que ocupa no ente federativo) e representante do (nome do ente federativo), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o n.º (número), tendo em vista o autorizado pela Lei n.º (número de Lei) de (data da lei), especialmente editada pelo Poder Legislativo do nome do ente federativo) para o presente fim, declaro de forma expressa e irrevogável que o (nome do ente) se retira do CDS DO TERRITÓRIO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU, comprometendo-se a honrar com todas as obrigações constituídas até esta Data, mesmo as ainda não líquidas.

Declaro, ainda, que referidas obrigações serão cumpridas em seu prazo de vencimento ou, no caso de obrigações não exigíveis, em trinta dias de sua apresentação, sob pena de pagamento de multa de 2% (dois por cento) de seu valor corrigido e, ainda, de juros de mora à razão de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia.”

**Art. 6º.** A retirada do ente da federação do Consórcio somente produzirá efeitos a partir do primeiro dia útil do mês seguinte à data de realização da Assembléia Geral em que for apresentada.

## **Seção II**

### **Da exclusão**

#### **Subseção I**

#### **Das hipóteses de suspensão e exclusão**



**Art. 7º.** Além das previstas no Contrato de Consórcio Público, são hipóteses de aplicação da pena de suspensão e exclusão do Consórcio:

I - atraso injustificado e superior a 120 (cento e vinte dias) no cumprimento das obrigações financeiras com o Consórcio;

II - a desobediência à norma dos estatutos ou ao deliberado na Assembléia Geral.

§ 1º. Somente se configurará o atraso mencionado no inciso I do caput após o ente Consorciado ser notificado para efetuar o pagamento do devido, assegurado o prazo mínimo de quinze dias úteis para o pagamento.

§ 2º. A notificação mencionada no § 1º deste artigo poderá se efetuar por correspondência e mediante publicação com destaque no sítio que o Consórcio manterá na internet.

§ 3º. A exclusão prevista no *caput* deste artigo somente ocorrerá após prévia suspensão.

#### **Subseção II**

#### **Do procedimento de suspensão e exclusão**

**Art. 8º.** O procedimento de suspensão e exclusão será instaurado mediante portaria do Presidente do Consórcio, de onde conste:

I – a descrição da conduta que se considera praticada, com as circunstâncias de quando, quem e de que forma foi praticada;

II — as penas a que está sujeito o infrator, caso confirmados os fatos;

III – os documentos e outros meios de prova, mediante os quais se considera razoável a instauração do procedimento administrativo.



**Art. 9º.** O acusado será notificado a oferecer defesa prévia em 15 (quinze) dias úteis, sendo-lhe fornecida cópia da portaria de instauração do procedimento, bem como franqueado o acesso, por si ou seu advogado, aos autos, inclusive mediante carga.

**Parágrafo Único.** Não são considerados dias úteis, para os fins deste artigo, o período de 20 de dezembro a 19 de janeiro.

**Art. 10.** A notificação será realizada pessoalmente ou mediante correspondência com aviso de recebimento.

**Art. 11.** O prazo para a defesa contar-se-á a partir do dia útil que se seguir à juntada, aos autos, da cópia da notificação devidamente assinada pelo acusado ou, então, do aviso de recebimento da notificação.

**Art. 12.** Mediante requerimento do interessado, devidamente motivado, poderá o Presidente estender o prazo para defesa em até mais 15 (quinze) dias úteis.

**Art. 13.** Havendo dificuldade para a notificação do acusado, será esta considerada válida mediante publicação com destaque no sítio que o Consórcio manterá na internet.

**Parágrafo único.** A publicação mencionada no caput deste artigo produzirá seus efeitos após quinze dias, contando-se o prazo para a defesa a partir do primeiro dia útil seguinte aos referidos quinze dias.

**Art. 14.** A apreciação da defesa e de eventual instrução caberá ao Presidente do Consórcio, ou à Comissão que tenha sido por ele nomeada na própria portaria de instauração do procedimento.

**Art. 15.** A fase de apuração do procedimento disciplinar será concluída com relatório que deverá indicar se o acusado é inocente ou culpado de cada uma das imputações e, reconhecida culpa, quais as penas consideradas cabíveis.

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.

**Parágrafo Único.** No caso de o relatório mencionado no caput ter sido elaborado por Comissão, somente produzirá efeitos mediante a sua homologação pelo Presidente do Consórcio.

**Art. 16.** Tendo em vista as circunstâncias do caso, a Assembléia Geral poderá aplicar a pena de suspensão até cento e oitenta dias, fixada de forma proporcional à gravidade da infração.

**Parágrafo Único.** Durante o período de suspensão o infrator poderá se reabilitar.

**Art. 17.** A pena de suspensão ou de exclusão poderá ser aplicada mediante aprovação de 3/5 (três quintos) dos Consorciados.

**Art. 18.** O julgamento perante a Assembléia Geral terá o seguinte procedimento, no qual realizar-se-ão simultaneamente duas votações:

I - leitura da Portaria de instauração do procedimento, das alegações finais da defesa e do relatório final;

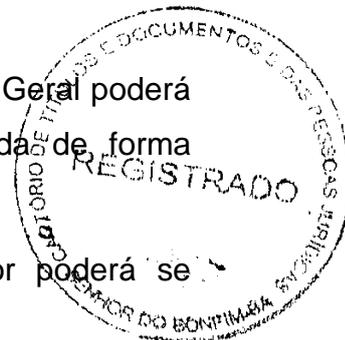
II — manifestação do Presidente do Consórcio e da defesa do acusado, fixadas em quinze minutos cada uma;

III - julgamento, decidindo se o acusado é culpado ou inocente de cada uma das imputações, bem como se aplicável pena de suspensão, mediante votação secreta;

IV — julgamento sobre a aplicação ou não da pena de exclusão, mediante votação secreta e em urna separada;

V - apuração dos votos sobre a inocência ou culpa, bem como de aplicação da pena de suspensão, considerando-se vitorioso o veredicto que obtiver maioria simples;

VI — vitorioso o veredicto de inocência de todas as acusações, o procedimento será encerrado, com a imediata destruição de todas as cédulas da segunda urna; caso seja vitorioso o veredicto de culpa, será tida como mantida a pena de suspensão fixada em face da acusação considerada procedente, iniciando-se incontinenti a apuração dos votos da segunda urna;



VII — apurados os votos da segunda urna, somente admitir-se-á o veredicto de exclusão mediante voto de 3/5 (três quintos) dos Consorciados.

VIII - adotada a pena de exclusão, iniciará imediatamente os seus efeitos, não tendo mais o ente federativo direito a voz e voto na Assembléia Geral.

**Parágrafo Único.** O Presidente do Consórcio presidirá o julgamento e votará, dada à exigência de quorum qualificado.

**Art. 19.** Das decisões que impuserem sanções caberá o recurso de reconsideração à Assembléia Geral.

§ 1º. O recurso de reconsideração deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados do dia útil seguinte ao de publicação da decisão na imprensa oficial.

§ 2º. O recurso de reconsideração não terá efeito suspensivo.

§ 3º. Protocolizado o recurso, constará ele do primeiro item de pauta da próxima Assembléia Geral e se processará nos termos previstos nos incisos II a VII do Art. 18 deste estatuto.

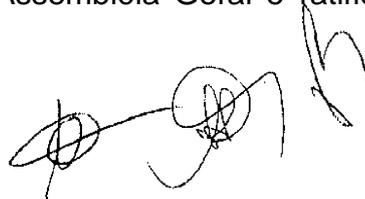
**Art. 20.** Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei Federal nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e no Código de Processo Cível.

### Seção III

#### Da admissão

**Art. 21.** O ente da Federação que pretenda integrar o CDS DO TERRITÓRIO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU, e cujo nome não tenha constado do Protocolo de Intenções, somente poderá fazê-lo mediante alteração no Contrato de Consórcio Público, aprovada pela Assembléia Geral e ratificada, mediante lei, por cada um dos Consorciados.

## TÍTULO II



**DA ASSEMBLÉIA GERAL**  
**CAPITULO I**  
**DA CONVOCAÇÃO**



**Art. 22.** A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente do Consórcio ou por um terço (1/3) dos Consorciados.

**Art. 23.** As Assembléias Ordinárias serão convocadas mediante edital publicado no quadro de avisos da sede do Consórcio e, com destaque, no sítio que o Consorcio mantiver na internet, dele devendo constar:

I - os nomes daqueles que convocaram a Assembléia;

II - o local, o horário e a data da Assembléia;

III - a pauta da Assembléia;

IV - no caso de apreciação de contas ou relatórios, deverá ser disponibilizado o seu texto integral através do sítio que o Consórcio mantiver na internet;

§ 1º. As Assembléias Ordinárias realizar-se-ão nos meses de março e setembro, devendo ser convocadas com a antecedência mínima de 15 dias.

§ 2º. O edital de convocação da Assembléia deverá permanecer publicado no Quadro de Avisos e na internet até a data de realização da Assembléia.

**Art. 24.** As Assembléias Extraordinárias serão convocadas mediante edital publicado no Quadro de Avisos da sede do Consórcio e, com destaque, no sítio que o Consórcio mantiver na internet, bem como por meio de notificação escrita dirigida a cada um dos Consorciados.

§ 1º. O aviso mencionado no caput deverá estar publicado pelo menos 72 (setenta e duas) horas antes da realização da Assembléia Extraordinária.

§ 2º. A Assembléia Extraordinária será tida por regularmente convocada mediante a comprovação de que, em até 24 (vinte quatro) horas de sua realização foram notificados representantes legais de pelo menos 1/3 (um terço) dos entes Consorciados.

§ 3º. Não atendido o previsto nos § 1º e 2º deste artigo, os atos da Assembléia serão tidos por nulos, salvo se a ela comparecer representantes de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos Consorciados.

## CAPÍTULO II DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO



**Art. 25.** A Assembléia Geral instalar-se-á com a presença de, pelo menos, 2/5 (dois quintos) dos entes Consorciados, porém seus trabalhos ficarão restritos às discussões até que se alcance o quorum para deliberação.

## CAPÍTULO III DO QUÓRUM DE DELIBERAÇÃO

**Art. 26.** A Assembléia Geral somente deliberará mediante a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos Consorciados, salvo nas seguintes matérias, em relação as quais o quorum de deliberação é de 2/3 (dois terços):

I - alteração dos estatutos;

II – aceitar a cessão de servidores para o Consórcio, com ou sem ônus para a origem;

III – aceitar as reservas e, bem como, a admissão como consorciado do ente da Federação que as apôs;

IV - deliberar sobre a reversão ou retrocessão de bens para ente da Federação que tenha exercido o seu direito de recesso do Consórcio;

**Parágrafo único.** O quorum para a Assembléia Geral deliberar sobre a alteração da sede do Consórcio é de 3/5 (três quintos) dos Consorciados.

## CAPÍTULO IV

## DAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL



**Art. 27.** A Assembléia Geral deliberará mediante maioria simples de votos, considerando-se aprovada a proposta que obtiver número de votos superior à 50% (cinquenta por cento) dos votos dos entes Consorciados presentes, salvo nas seguintes hipóteses:

I - aceitar o recebimento de servidores que sejam cedidos com ônus para o Consórcio, que exigirá a aprovação de pelo menos 3/5 (três quintos) dos votos dos consorciados presentes;

II – deliberar sobre a reversão ou retrocessão de bens para ente da Federação que tenha exercido o seu direito de recesso, que exigirá manifestação favorável de 2/3 (dois terços) dos Consorciados;

III - eleger o Presidente do Consórcio em primeiro escrutínio, ou aprovar moção de censura ou louvor, que exigirá 2/3 (dois terços) dos votos dos entes Consorciados presentes.

IV - imposição de penalidades a Consorciado, ou mudança da sede do Consórcio, que exigirá 3/5 (três quintos) dos votos dos Consorciados.

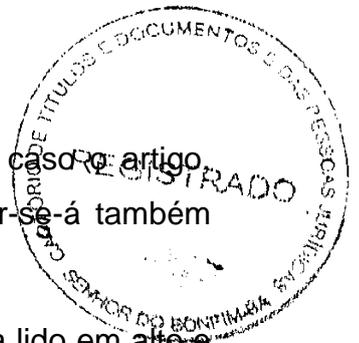
§ 1º. Para o cômputo do número de votos considerar-se-ão os votos brancos e nulos, com exceção da hipótese do inciso III, em que tais votos serão considerados como válidos.

§ 2º. As abstenções serão tidas como votos brancos.

## CAPÍTULO V

### DAS DELIBERAÇÕES DE ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVO DOS ESTATUTOS

**Art. 28.** Para a alteração de dispositivos dos estatutos exigir-se-á a apresentação de proposta subscrita por pelo menos 1/3 (um terço) dos Consorciados, a qual deverá acompanhar obrigatoriamente o edital de convocação da Assembléia Geral.



**Art. 29.** Haverá uma votação para cada artigo a ser alterado; caso o artigo além do caput, possua mais de três parágrafos, a votação dar-se-á também parágrafo por parágrafo.

**Art. 30.** Não se iniciará a votação sem que o texto proposto seja lido em alto e bom som por aquele que preside a Assembléia e sem que seja franqueada cópia dele a cada um dos integrantes da Assembléia com direito a voto.

**Art. 31.** Antes de cada votação assegurar-se-á o direito de que pelo menos um ente Consorciado que for contrário à proposta possa externar as razões de sua contrariedade por cinco minutos.

**Parágrafo Único.** Havendo orador inscrito em favor da proposta de alteração, aquele que seja contrário à alteração terá o direito de falar por último.

## CAPITULO VI

### DO REGIMENTO INTERNO

**Art. 32.** As disposições sobre o funcionamento da Assembléia Geral deverão ser consolidadas e completadas por Regimento Interno que a própria Assembléia Geral venha a adotar.

## TÍTULO III

### DO MANDATO, DA ELEIÇÃO E DA POSSE DO PRESIDENTE

#### CAPÍTULO I

#### DO MANDATO

**Art. 33.** O mandato do Presidente é de dois anos, coincidindo sempre com o primeiro e o segundo anos ou o terceiro e o quarto anos dos mandatos de prefeito, vedada a reeleição.

**Parágrafo único.** O mandato iniciar-se-á no dia 1º de janeiro, e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro do ano subsequente. O atraso na posse não implicará a

alteração na data de término do mandato, mas apenas na prorrogação *pro tempore* do mandato anterior.

## CAPÍTULO II DA ELEIÇÃO E POSSE DO PRESIDENTE



**Art. 34.** O Presidente em exercício convocará, até o dia 10 de dezembro do ano de encerramento de seu mandato, a Assembléia para cerimônia pública de eleição do Presidente.

**Parágrafo único.** A convocação far-se-á por meio de edital publicado no quadro de avisos da sede do Consórcio e, com destaque, no sítio que o Consórcio mantiver na internet.

**Art. 35.** Imediatamente após o encerramento da eleição, o presidente convocará a cerimônia pública de posse, que obedecerá ao seguinte procedimento:

I - manifestação de representantes dos entes federativos Consorciados que tenham antecipadamente se inscrito, podendo ser limitado pelo Presidente eleito o tempo e o número dessas manifestações;

II - manifestação do Presidente que encerra o seu mandato;

III - ato formal de posse, em que será lavrado o respectivo termo, com a seguinte redação:

“Aos (data), nesta cidade de (local), eu, (nome), (cargo que ocupa no ente Consorciado), tomo posse como Presidente do CDS DO TERRITÓRIO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU, com mandato que se inicia nesta data e que se concluirá no dia 31 de dezembro de (data

IV - lavrado o termo de posse, manifestar-se-á o Presidente eleito, encerrando a cerimônia pública.

**Parágrafo Único.** Ninguém poderá se pronunciar ou praticar ato na cerimônia de posse por meio de procurador ou representante.

**TÍTULO IV**  
**DA GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**CAPÍTULO I**  
**DA SECRETARIA EXECUTIVA**



**Art. 36.** Compõem a Secretaria Executiva o Presidente e o Secretário Executivo.

**Art. 37.** A Secretaria Executiva reunir-se-á pelo menos uma vez por mês, sendo suas reuniões convocadas pelo Presidente.

**Art. 38.** Compete à Secretaria Executiva:

I - autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, *ad referendum* da Secretaria, tomar as medidas que reputar urgentes;

II — aprovar a proposta de orçamento anual, de créditos adicionais, de orçamento plurianual de investimentos, de instituição de fundo especial e de realização de operação de crédito, autorizando que seja qualquer dessas propostas apreciada e aprovada pela Assembléia Geral;

III - aprovar a proposta de fixação, revisão ou reajuste de tarifas e outros preços públicos, autorizando que seja enviada para emissão de parecer do Conselho de Regulação e de aprovação da Assembléia Geral;

IV - aprovar as propostas de planos e regulamentos de saneamento básico ambiental, autorizando que sejam encaminhadas, para apreciação, à Câmara de Regulação e à Assembléia Geral;

V - aprovar proposta de cessão de servidores ao Consórcio, autorizando que seja apreciada pela Assembléia Geral;

VI — autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

VII – alterar, definitiva ou provisoriamente, o número de horas da jornada de trabalho dos empregados do Consórcio, ou dos servidores para ele cedidos;

VIII - elaborar proposta de Regulamento Geral do Pessoal do CDS DO TERRITÓRIO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU, enviando-a para a apreciação da Assembléia Geral;

IX - conceder, nos termos previstos no orçamento anual do Consórcio, revisão anual da remuneração de seus empregados;

X - autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja igual ou superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

XI - autorizar a instauração de licitação que não de tipo menor preço, nos termos de justificativa subscrita pelo Secretário Executivo;

XII — propor alterações ao presente estatuto ou resolver questões vinculadas à interpretação de seus dispositivos;

XIII - julgar:

a) impugnações a editais de concursos públicos;

b) recursos referentes ao indeferimento de inscrição de concursos públicos ou à homologação de seus resultados;

e) impugnações a editais ou outros atos convocatórios de licitação;

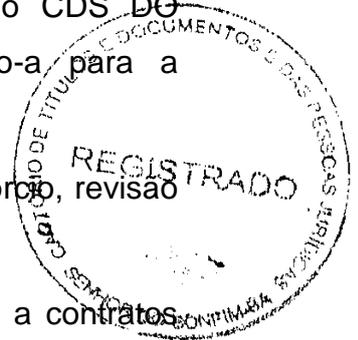
c) recursos relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de licitações;

e) recursos referentes ao indeferimento de registro cadastral, para fins de constar do cadastro de fornecedores;

f) aplicação de penalidades a contratados ou a empregados do Consórcio;

XIV – estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos, administrativos e operacionais no âmbito do Consórcio, fornecendo, inclusive, subsídios para deliberações e ações do Consórcio.

§ Único. Os não membros da Secretaria somente poderão assistir ou participar de suas reuniões caso convidado pelo Presidente.



## CAPÍTULO II DO PRESIDENTE



**Art. 39.** Além do previsto no Contrato de Consórcio Público e em outros dispositivos deste estatuto, incumbe ao Presidente:

- I — representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;
- II - ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;
- III - convocar as reuniões da Secretaria Executiva;
- IV - nomear e contratar o Secretário Executivo;
- V - movimentar as contas bancárias, em conjunto com o Secretário Executivo;
- VI - celebrar acordos, contratos, convênios e outros ajustes;
- VII - exercer o poder disciplinar no âmbito do Consórcio, determinando a instauração de procedimentos e julgando-os, aplicando as penas que considerar cabíveis, com exceção da dispensa de empregados efetivos ou temporários;
- VIII – autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja igual ou superior a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e inferior à R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- IX - homologar e adjudicar objeto de licitações cuja proposta seja igual ou superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- X – homologar a cotação de preços de contratações diretas, por dispensa de licitação fundamentada no inciso I ou II do Art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta de menor preço for de valor superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais),
- XI - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido atribuídas a outro órgão do Consórcio pelos presentes estatutos ou pelo Contrato de Consórcio Público.

§ 1º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Secretário Executivo poderá praticar atos *ad referendum* do Presidente.

§ 2º. Os atos mencionados no § 1º perderão a sua eficácia caso não ratificados em até 30 (trinta) dias úteis de sua emissão.

## CAPÍTULO IV DO CONSELHO CONSULTIVO



**Art. 40.** A forma e as condições da composição do Conselho Consultivo serão determinadas por resolução da Assembléia Geral.

§ 1º. A composição do Conselho Consultivo terá a participação exclusiva de representantes da sociedade civil, a qual deverá contemplar, pelo menos, os seguintes segmentos sociais:

- I – movimentos sociais, populares e de moradores, inclusive de vilas e povoados;
- II – trabalhadores, por suas entidades sindicais;
- III – empresários, por suas entidades classistas;
- IV – entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;
- V – organizações não governamentais.

§ 2º Os membros do Conselho Consultivo serão designados para mandatos de dois anos em Assembléia Geral especialmente convocada pela Secretaria Executiva.

**Art. 41.** Compete ao Conselho Consultivo opinar, de ofício, sobre os seguintes assuntos de interesse do Consórcio:

- I – as propostas e a aprovação do orçamento plurianual de investimentos, do programa anual de trabalho e do orçamento anual do Consórcio, bem como dos respectivos créditos adicionais, inclusive da previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.



II – a realização de operações de crédito;

III – a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou a oneração daqueles que, nos termos de contrato de programa, tenham sido outorgados os direitos de exploração ao Consórcio;

IV - a homologação, atendidos os requisitos previstos nos estatutos dos planos relativos à gestão do território, habitação, regularização fundiária, turismo, trânsito urbano e interurbano na área de atuação do consórcio, desenvolvimento rural; meio ambiente, cultura e de serviços públicos;

V - os regulamentos dos serviços públicos em regime de gestão associada;

VI – as minutas de contratos de programa nas quais o Consórcio comparece como contratante ou como prestador delegado de serviço público;

VII - a minuta de edital de licitação e de contrato para concessão de serviço ou obra pública;

VIII – o reajuste e a revisão das tarifas e preços públicos;

IX - o reajuste dos valores da taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos urbanos, nos termos das leis municipais; e

X – o monitoramento e a avaliação da execução dos planos dos serviços públicos.

## **CAPÍTULO V**

### **DA CÂMARA DE REGULAÇÃO**

#### **Seção I**

#### **Da competência**

**Art. 42.** Compete à Câmara de Regulação:

I - deliberar sobre as propostas de Regulamento a ser submetidas à Assembléia Geral;

II - emitir parecer sobre as propostas de revisão e de reajuste de tarifas;

III - apurar e divulgar os indicadores de qualidade dos serviços e de sua adequada e eficiente prestação;

IV - opinar sobre os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos serviços, e procedimentos para recepção, apuração e solução de queixas e reclamações dos cidadãos e utentes de serviço de saneamento;

V - emitir parecer sobre penalidades a que estarão sujeitos os utentes de serviço de saneamento;

VI - promover ampla e periódica informação aos utentes de serviço de saneamento, com precisas indicações sobre os seguintes aspectos: qualidade, receitas, custos, ocorrências operacionais relevantes e custos financeiros;

VII - assegurar aos utentes de serviço de saneamento prévio conhecimento das penalidades a que estão sujeitos;

VIII – prestar, anualmente, informações aos serviços locais dos serviços de saneamento sobre a qualidade e controle da água fornecida, para que possam divulgá-la à população.

§ 1º. Sobre as queixas e reclamações dos utentes de serviço de saneamento, deve o Conselho de Regulação, ou o seu Presidente, se pronunciar em até 30 (trinta) dias, dando-lhes ciência, por escrito, da solução adotada.

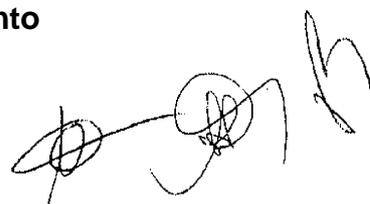
§ 2º. São ineficazes as decisões da Assembléia Geral sobre as matérias mencionadas nos incisos deste artigo sem que haja a prévia manifestação do Conselho de Regulação.

§ 3º. As informações mencionadas no inciso VIII serão também divulgadas no sítio que o Consórcio mantiver na internet.

§ 4º. Nos casos de relevância e urgência poderá o Presidente do Conselho de Regulação praticar atos *ad referendum*.

## Seção II

### Da composição e do funcionamento





**Art. 43.** A Câmara de Regulação será composta pelos membros da Secretaria Executiva e por 3 (três) representantes dos utentes de serviço de saneamento.

**Parágrafo único.** Os membros do Conselho de Regulação, quando realizarem viagens no interesse do Consórcio, farão jus ao recebimento de diárias, cujo valor será fixado em ato da Assembléia Geral.

**Art. 44.** O Presidente do Conselho de Regulação será eleito dentre os representantes dos utentes de serviço de saneamento.

**Art. 45.** As reuniões do Conselho de Regulação serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Regulação ou por 5 (cinco) de seus membros.

**Art. 46.** O Conselho de Regulação deliberará quando presentes ao menos 5/9 (cinco nonos) de seus membros.

**Art. 47.** As decisões do Conselho de Regulação serão tomadas mediante mais da metade de seus votos.

**Art. 48.** Cada membro do Conselho de Regulação terá apenas um voto.

**Parágrafo Único.** No caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente do Conselho de Regulação.

### Seção III

#### Dos representantes dos utentes de serviço de saneamento

**Art. 49.** Os representantes dos utentes de serviço de saneamento serão designados para mandatos de dois anos em Assembléia Geral especialmente convocada pela Secretaria Executiva.

§ 1º. Os representantes dos utentes de serviço de saneamento deverão ser membros de Conselho Municipal de Saneamento Ambiental ou de Conselho da Cidade, ou órgão colegiado equivalente, ou de Conselho Municipal de Saúde.

§ 2º. Os representantes de utentes de serviço de saneamento no Conselho de Regulação deverão ser representantes do segmento de utentes também no Conselho Municipal mencionado no § 1º.

**Art. 50.** É permitida a reeleição de representantes de utentes de serviço de saneamento.

**Art. 51.** A posse dos representantes eleitos far-se-á em reunião da Câmara de Regulação.

## **CAPÍTULO VI DO PESSOAL**



**Art. 52.** O pessoal do Consórcio será regido pelo Regulamento Geral de Pessoal do CDS DO TERRITÓRIO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU, que será instituído pela Assembléia Geral mediante proposta da Secretaria Executiva.

§ 1º. O regulamento de pessoal disporá sobre como o Presidente do Consórcio exercerá o poder disciplinar, complementando as normas dos presentes estatutos.

§ 2º. Ato da Secretaria Executiva fixará as hipóteses e critérios para empregado do Consórcio, ou servidor para ele cedido, exercer, interinamente, as atribuições de outro empregado público do Consórcio.

§ 3º. Até que seja adotado o Regulamento Geral mencionado no caput deste artigo, aplicar-se-á aos empregados do Consórcio, no que se refere aos aspectos disciplinares, o disposto na Lei nº. 8.112, de 1990, com a diferença de que o procedimento disciplinar será promovido e instruído perante o Secretário Executivo e não por comissão processante.

## **TÍTULO V DO PLANEJAMENTO CAPÍTULO ÚNICO DOS PROCEDIMENTOS Seção I**

## Disposições gerais



**Art. 53.** A elaboração e a revisão dos planos e regulamentos de serviços públicos que venham a ser prestados pelo Consórcio obedecerão ao seguinte procedimento:

I - divulgação e debate da proposta de plano ou de regulamento e dos estudos que a fundamentam;

II - apreciação da proposta pelo Conselho de Regulação, e

III - homologação pela Assembléia Geral.

§ 1º A divulgação da proposta de plano ou de regulamento dar-se-á mediante:

I - acesso integral de seu teor no sítio que o Consórcio mantiver na internet;

II - a apresentação de seu conteúdo em texto cujo sentido essencial de suas disposições possa ser facilmente apreendido por qualquer utente de serviço de saneamento, e

III - audiências públicas, a serem realizadas em cada um dos Municípios interessados.

§ 2º. O debate efetivar-se-á por meio de consulta pública, garantidos o prazo mínimo de trinta dias para o recebimento de críticas e sugestões e o acesso às respostas a qualquer do povo.

§ 3º. À Assembléia Geral incumbe homologar ou negar homologação à proposta de plano ou de regulamento na redação que lhe for apresentada pelo Conselho de Regulação.

§ 4º. Negada a homologação, a Câmara de Regulação, em sessenta dias, poderá apresentar novo texto para a apreciação da Assembléia Geral.

§ 5º. Repetida a negação de homologação, ou decorrido o prazo sem proposta reformulada, nova proposta de plano ou de regulamento dependerá de novo processo de divulgação e debate.

## Seção II

### Das audiências e consultas públicas



**Art. 54.** Os procedimentos das audiências e das consultas públicas para a divulgação e o debate das propostas de plano ou de regulamento serão estabelecidos por resolução da Câmara de Regulação.

**Parágrafo Único.** Até que sejam adotadas as resoluções mencionadas no caput deste artigo serão utilizadas, no que couberem, as prescrições sobre audiência e consultas públicas instituídas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

## TÍTULO VI

### DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 55.** O Consórcio executará as suas receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

**Art. 56.** O Consórcio não possui fundo social e de seu patrimônio os entes Consorciados não possuem quotas ou partes ideais.

**Art. 57.** A Assembléia Geral poderá instituir, por resolução, normas para a elaboração, apreciação, aprovação e execução do orçamento e dos planos plurianuais, bem como para a prestação de contas, sendo que tais normas prevalecerão em face do estipulado neste estatuto, desde que não contrariem o previsto na legislação e no Contrato de Consórcio Público.

#### CAPÍTULO II

#### DO ORÇAMENTO

**Art. 58.** O orçamento do Consórcio será estabelecido por resolução da Assembléia Geral, mediante proposta da Secretaria Executiva.

**Art. 59.** Até o dia 30 de novembro de cada ano a proposta de orçamento deverá ser apreciada pela Assembléia Geral.

**Art. 60.** Os integrantes da Assembléia Geral poderão apresentar emendas ao projeto de orçamento, que somente serão aprovadas caso:

I - indiquem os recursos necessários, admitidos somente os advindos de anulação de despesa, excluídas as referentes a:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida, ou

II - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de resolução.

**Art. 61.** Aprovado o orçamento, será ele publicado no site que o Consórcio mantiver na internet.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA GESTÃO PATRIMONIAL**

**Art. 62.** Têm direito ao uso compartilhado de bens apenas os entes Consorciados que contribuíram para sua aquisição.

§ 1º. O direito ao uso compartilhado poderá ser cedido mediante instrumento escrito, desde que dele se dê ciência ao Consórcio com razoável antecedência.

§ 2º. A Secretaria Executiva fixará normas para o uso compartilhado de bens, dispondo em especial sobre a sua manutenção, seguro, riscos, bem como despesas, se cabíveis, com combustível e lubrificantes, desde que aprovados pela Assembléia Geral.

### **TÍTULO VIII**

#### **DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO**

**Art. 63.** Extinto o Consórcio Público por ato judicial ou extrajudicial:



I – A Assembléia Geral decidirá sobre a destinação dos bens, podendo ser doados a qualquer entidade pública de objetivos iguais ou semelhantes ao Consórcio ou, ainda, alienados onerosamente, para rateio de seu valor entre os consorciados na proporção também definida em Assembléia Geral;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes Consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo-se direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação;

## TÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Art. 64.** A Assembléia Geral poderá sobrestar, uma única vez, por até 2 (dois) anos, a aplicação de normas previstas nestes estatutos.

**Art. 65.** O primeiro Presidente e Diretoria do Consórcio terão mandato até o dia 31 de dezembro de 2012.

**Art. 66.** O Presidente do Consórcio será sempre o Município Consorciado, por meio de seu Prefeito Municipal, pelo que não exercerá tal *munus* aquele que teve findo o seu mandato de Prefeito Municipal.

**Art. 67.** Os presentes estatutos, e as suas respectivas alterações, passarão a vigor após a sua publicação, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

Local: Senhor do Bonfim, 24 de janeiro de 2011.

O MUNICÍPIO DE SENHOR DO BONFIM  
Por seu Prefeito Paulo Batista Machado

O MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO  
Por sua Prefeita Iracy Andrade de Araújo

O MUNICÍPIO DE PINDOBAÇU  
Por seu Prefeito Hélio Palmeira

O MUNICÍPIO DE SENHOR DO BONFIM

por seu Prefeito Paulo Batista Machado

O MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO

por sua Prefeita Iracy Andrade de Araújo

O MUNICÍPIO DE PINDOBAÇU

por seu Prefeito Hélio Palmeira



Cartório de 2º Ofício  
Senhor do Bonfim - PE  
Reconhecimento de firma  
de Paulo Batista Machado  
Prefeito do Município de Senhor do Bonfim  
08 FEV. 2011  
AUTENTICAÇÃO  
RECONHECIMENTO  
DE FIRMAS  
Nº DZ 667138  
Em testemunho  
Renildo Gomes de Almeida Tabal  
Mara Emilia Alves

Jenças custas de fe-  
cidas por Dr. Antonio  
Gomes de O. Neto, juiz  
de Direito, Substituto de  
1ª Vara Civil, em 08/02/11.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Registrado no Livro A5 Fls. 165V

Sob nº 739

Senhor do Bonfim, 09 de fevereiro 2011

Oficial - Designada

Pláuzia Caselenti

15449324/0001-11

CARTÓRIO DO REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

Av. Roberto Santos Nº 373 Centro  
CEP: 48.970-000  
Senhor do Bonfim